



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEDESE/CIAMP RUA - Comitê Intersectorial de Acompanhamento e
Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua

Ata

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E
MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA DE MINAS GERAIS CIAMP RUA/MG - 11 de março 2026

Aos onze dias do mês de março, às 14 horas, realizou-se a reunião do **CIAMP Rua** na Casa de Direitos Humanos, a reunião ordinária do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua de Minas Gerais. Ciamp Rua-MG. A reunião contou com a presença dos Secretária de seguintes membros Governamentais: Mairon Oliveira Martins da Costa representando a Secretária de Estado de Governo- SEGOV, Erika Cristiane Inácio Salgueiro representando a Secretaria de Estado de justiça e Segurança Pública- SEJUSP, João Pedro Cândido Barbosa e Luana da Silva Rodrigues representando a Secretaria Estado Casa Civil- SCC, Vânia Lúcia de Almeida representando a Secretaria de Educação- SEE, Danielle Marina de Souza do Carmo representando a Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico- SEDE, Paulo Henrique dos Reis e Rômulo Lucas Martins representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social- SEDESE, **membros de entidades com atuação na temática e entidade de representação profissional:** Marbia Fernanda Pereira de Souza representante do Conselho regional de Serviço Social- 6ª região – CRESS, Tirza Wendy Silva Balmant representante da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais sudeste Brasileira-ADRA, Camilo de Leles Mendes Campos representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Maria Cristina Bove Roletti representante da Pastoral Nacional do Povo de Rua, Maria Angélica Biondi Prates representante do Instituto de Apoio e Orientação à Pessoa em Situação de Rua- INAPER; e **representantes da sociedade civil representando pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua:** Daniel Santos Cruz, Jorge Santa Anna, Rafael Roberto Fonseca da Silva e **Convidados Permanentes:** Dra. Nádia Estela Ferreira Mateus representante Ministério Público de Minas Gerais- MPMG, Cristiano Pereira da Silva representante do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. **I – Verificação de quórum:** Às 14h30min, o presidente Paulo Henrique dos Reis verifica o quórum simples. Havendo número regimental, dar-se início à plenária. Registra-se presença dos **convidados:** Kamilla Jotadiemel representando da Secretaria de Estado de Saúde (aguardando publicação). **II - Apresentação das justificativas dos membros ausentes:** Meirelle Viviane de Paula representante da Secretaria de Estado de Cultura- SECULT, Denis Augusto Lessa Firmino representante pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua. **Aprovação da pauta:** Considera aprovada a pauta do dia de forma unânime. O presidente **Paulo Reis** inicia a reunião, informando aos participantes sobre a mudança do local (sala) devido a problemas estruturais no elevador da Casa de Direitos Humanos. Foram avaliadas alternativas, como a realização da reunião em outro espaço ou em formato virtual, porém decidiu-se manter o encontro presencial para não prejudicar participantes que já haviam se deslocado ou organizado sua participação. Também foram discutidas as dificuldades relacionadas ao custeio de transporte para membros do comitê, especialmente para representantes da população em situação de rua e participantes vindos de outros municípios. A pedido do presidente, os participantes fazem uma breve apresentação. A reunião teve como pauta principal a Revisão dos itens já elaborados, análise, **apreciação das propostas e sugestões para a elaboração do restante do Regimento Interno do Ciamp Rua.** Foram discutidos diversos artigos, com propostas de ajustes para melhorar a organização e funcionamento do comitê. Entre os pontos abordados, destacou-se a definição da estrutura organizacional do comitê, composta pela plenária, mesa diretora, câmaras temáticas e secretaria executiva, além da possibilidade de criação de comissões especiais temporárias para tratar de temas específicos. Durante as discussões, também foram analisadas regras sobre o funcionamento das reuniões, incluindo a tolerância de até 30 minutos para início das sessões, divididos entre primeira e segunda chamada, bem como a possibilidade de realização de reuniões virtuais ou híbridas, visando ampliar a participação de membros de

diferentes municípios. Outro ponto relevante debatido foi o papel do comitê no acompanhamento do orçamento das políticas públicas voltadas à população em situação de rua. É destacado que uma das funções centrais de órgãos colegiados é o controle social, ou seja, monitorar a execução das políticas públicas por meio da análise do orçamento, como o Plano Plurianual (PPAG) e outros instrumentos de planejamento do governo. A ideia é que o comitê acompanhe quanto foi destinado para a política e como os recursos estão sendo executados. Em seguida tratou-se das competências da mesa diretora, incluindo atribuições do presidente, vice-presidente e secretário-geral. Houve debate sobre a ordem de substituição em caso de ausência do presidente, considerando as previsões do decreto que rege o comitê. Foi proposta a criação de um artigo específico para detalhar as funções do suplente e ajustar a redação do regimento. Na continuidade da revisão, foram discutidas as **câmaras temáticas**, definidas como instâncias técnicas permanentes responsáveis por subsidiar o plenário com análises, estudos e propostas relacionadas à política pública para a população em situação de rua. Definiu-se que cada câmara terá entre 3 (três) e 9 (nove) membros, com coordenador e relator eleitos entre seus integrantes. Os membros debateram também quais câmaras temáticas seriam instituídas. Foi apontada a dificuldade de priorizar apenas alguns temas, considerando que diversas áreas são fundamentais para a população em situação de rua, como moradia, saúde, segurança alimentar e enfrentamento à violência institucional. Como alternativa, discutiu-se pela criação de câmaras com caráter mais abrangente, além da possibilidade de criação de **comissões temporárias** para tratar de temas específicos. Ficou definido 3(três) câmaras sendo: I- Câmara de Orçamento e Finanças; II- Câmara de Ações Governamentais e Comitês Municipais; III - Câmara de Ouvidoria. Outro ponto abordado foi o fomento a criação de comitês, com discussões sobre o fortalecimento da articulação com municípios e a importância de incentivar a criação ou fortalecimento de comitês e espaços de participação social em âmbito municipal. Alguns defendem que o comitê estadual deve ajudar a estimular essa organização, enquanto outros argumentaram que a criação dessas estruturas é responsabilidade do governo, da SEDESE, foi ressaltado que o papel do comitê estadual é principalmente de articulação, acompanhamento e incentivo à implementação da política. Foram ainda analisados artigos referentes ao funcionamento das câmaras temáticas, periodicidade de reuniões, atribuições de seus coordenadores, participação dos membros e organização das atividades. Por fim, foram abordadas questões relacionadas às condições de participação dos representantes da população em situação de rua, especialmente no que se refere ao acesso a transporte e recursos para participação nas reuniões. Os membros destacaram a necessidade de buscar soluções institucionais para garantir a efetiva participação desses representantes nas atividades do comitê. Foi feito encaminhamento que o comitê envie um **ofício solicitando solução institucional** para garantir a participação dos representantes da população de rua. A representante do INAPER, Maria Angélica, propôs neste primeiro ajudar com vale social. Também foi discutida a melhoria da comunicação entre membros titulares e suplentes, com a sugestão de que os suplentes também recebam convocações e informações sobre as reuniões, ainda que o direito a voto permaneça com os titulares. Foi informado que a convocação é enviada a todos membros por e-mail e via WhatsApp. Ao final, o regimento interno foi aprovado por todos membros presentes e também a proposta para definição de um calendário fixo para as reuniões do comitê, sugerindo-se que ocorram preferencialmente na **segunda quarta-feira de cada mês**, de modo a facilitar a organização e participação dos membros. A proposta é aceita e a próxima reunião fica marcada para 8 de abril. **Encaminhamentos: Encaminhamento de ofício a SEDESE para buscar soluções que garantam transporte e apoio à participação de representantes da população em situação de rua nas reuniões do Ciamp Rua.** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela mesa diretora.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique dos Reis, Diretor(a)**, em 19/03/2026, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CRISTINA BOVE ROLLETI, Usuário Externo**, em 20/03/2026, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Roberto Fonseca da Silva, Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **135751072** e o código CRC **C5D45836**.

Referência: Processo nº 1480.01.0000885/2026-25

SEI nº 135751072